

# A experiência brasileira impressiona estrangeiros

Na sessão de encerramento, no quarto dia de debates, o presidente do Inamps, José Serrão, assegurou aos participantes a apresentação das propostas ao Governo federal, para que se façam as correções e os aperfeiçoamentos necessários ao desenvolvimento do Suds. Serrão lembrou que países como os Estados Unidos e a França têm manifestado, em repetidas vezes, admiração com a coragem da decisão política do Governo brasileiro na implantação do Sistema Unificado e descentralizado de Saúde.

Serrão disse que o Suds foi criado com três objetivos básicos. O primeiro, de racionalizar as internações hospitalares no País, administrando, com maior eficiência, o pagamento das contas médicas e o acompanhamento efetivo das despesas com o paciente. Um segundo objetivo diz respeito ao desenvolvimento das Ações Integradas de Saúde (AIS), nos âmbitos federal, estadual e municipal, numa única fonte. "O município é que deve responder pela prestação de saúde, pois os distritos sanitários serão meras consequências."

E, por fim, o Suds se propõe à valorização funcional, com a reestruturação dos quadros de carreira, salários e admissão por concurso, ao lado da melhoria de outros núcleos assistenciais, como hemocentros, assistência psiquiátrica, farmacêutica, entre outros.

Já o Secretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, José Noronha, discordou das metodologias apresentadas por alguns expositores, lembrando que o quadro não é assim tão grave, principalmente no que diz respeito à relação entre o Inamps e as Secretarias Estaduais. Noronha recordou que dados estatísticos mostram que as despesas com pessoal médico em vários países chegam a 70% — e até 80% — do total de recursos, e que a incorporação tecnológica na medicina é agregadora e não desagregadora de mão-de-obra. "Quando o Inamps remunera terceiros, ele procura manter o vínculo dessa proporção".



Serrão: projeto muito necessário

No que se refere às propostas de descentralização, o Secretário afirmou que o organismo deve ser suprapartidário, embora suas ações devam estar a reboque de debates entre todos os segmentos da sociedade, mesmo sob o risco de divergências naturais.

Para o Presidente da Academia Nacional de Medicina, Aloysio Salles da Fonseca, não há quem possa ser contra o Suds, embora as diferenças regionais sempre venham a existir, "pois não há lei que as revogue". Segundo Salles, o Suds é uma determinação constitucional; que deve, portanto, ser respeitada, cabendo à lei complementar de saúde sofrer os debates necessários junto aos congressistas.

Após lembrar que a Academia Nacional de Medicina é uma casa com mais de 160 anos de serviços prestados à Nação, Salles afiançou que as sugestões reunidas no documento final serão apresentadas às lideranças políticas do Congresso, bem como às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.